

## **PORTO DE SANTOS EXPORTA 48,7% DA CARGA RECORDE DE CAFÉ EM OUTUBRO**

Brasil bateu a melhor marca da história no último mês com mais de 4 milhões de sacas despachadas ao exterior

*Por Matheus Müller*



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.81085:1577277662/Cafe-Exportacao.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=e242fe0&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.81085:1577277662/Cafe-Exportacao.JPG?f=2x1&$p$f=e242fe0&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

*Números fazem parte do relatório mensal divulgado pelo Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Alberto Marques)*

O Brasil bateu um novo recorde na exportação de café. O mês passado foi o melhor da história, com

4.092.194 sacas de 60 quilos enviadas ao exterior, um volume 11,5% maior do que o registrado em outubro do no mesmo período de 2019. O Porto de Santos foi responsável pelo envio de 3.344.882 sacas, o que representa 81,7% do total.

Os números fazem parte do relatório mensal divulgado pelo Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé) nessa quarta-feira.

Considerando o acumulado do ano (de janeiro a outubro), foram exportadas 35.012.741 sacas, o que resultou em uma receita de US\$ 4,4 bilhões, o equivalente a R\$ 22,7 bilhões, na conversão. Nesse período, passaram por Santos 27.289.538 sacas (77,9%).

Só no último mês, os valores movimentados no País chegaram a R\$ 2,9 bilhões – o maior dos últimos cinco anos –, com o preço médio da saca de US\$ 124,52.

Em 2020, até o fechamento do relatório da Cecafé, em 31 de outubro, o Brasil exportou o produto para 122 países. O continente que mais importou foi o europeu (18,1 milhões de sacas), seguido da América do Norte (8 milhões) e da Ásia (5 milhões). Os vizinhos da América do Sul compraram 1,7 milhões de sacas.

“Esse resultado significa uma relevante injeção de reais para o agronegócio café brasileiro, bem como confirma a tendência de expansão de seu marketshare, atendendo com excelência, qualidade e sustentabilidade os destinos importadores e, principalmente, destacando-se na capacidade do país em suprir a forte iniciativa de cafés arábicas certificados, junto à Bolsa de Café de Nova Iorque”, disse o presidente do Cecafé, Nelson Carvalhaes.

O maior cliente dos cafeicultores brasileiros, neste ano, foram os Estados Unidos. Das 35 milhões de sacas comercializadas, 6,4 milhões foram para os norte-americanos. Em seguida, estão Alemanha (5,8 milhões), Bélgica (2,8 milhões) e Itália (2,5 milhões).

### **Variedades**

O café arábica representou 81,4% do volume total exportado, o que equivale a 3,3 milhões de sacas no mês de outubro. O café conilon (robusta) atingiu a participação de 11,5%, com o embarque de 471,8 mil sacas e o café solúvel representou 7,1% das exportações, com 288,4 mil sacas exportadas.

As duas primeiras variedades inclusive apresentaram alta nas exportações, na comparação entre outubro de 2019 e 2020. O café arábica teve um crescimento de 12,4%, enquanto o robusta de 31,4%. O café solúvel, no entanto, apresentou queda de 15,9%.

A maior baixa foi do café torrado e moído, uma redução de 83,6% - como o volume exportado sempre foi o menor, o impacto não é tão sentido.

*Fonte : A Tribuna Digital - SP*

*Data : 12/11/2020*



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## **ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS**

### **ANTAQ APRESENTA ESTUDO SOBRE A HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ AO SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA**

***O diretor Adalberto Tokarski destacou a importância do setor hidroviário e o potencial natural do país referente à navegação fluvial***



<http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Hidrovia-Par-Par-Minfra1-678x509.jpg>

***Adalberto Tokarski (D): Hidrovia Paraguai-Paraná é fundamental para a América do Sul***

Durante reunião de trabalho realizada na manhã desta quarta-feira, 11, com o secretário-executivo do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, e o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), Diogo Piloni, o diretor da ANTAQ, Adalberto Tokarski, apresentou as estratégias sob análise da Agência para o incremento do potencial da Hidrovia Paraguai-Paraná. O planejamento discutido pelo dirigente é fruto do estudo produzido pela Agência com a participação da Universidade do Paraná, intitulado de “Prática Regulatória, Vantagens Competitivas e Oferta e Demanda de Carga entre os Países Signatários do Acordo da Hidrovia Paraguai-Paraná”.

Na visão do diretor, a divulgação das informações sobre a Hidrovia Paraguai-Paraná, dada a riqueza dos dados compilados, é fonte confiável para o governo brasileiro traçar diversos cenários quanto à exploração da hidrovia e, também, “uma fonte de estímulo à iniciativa privada para investir na via, assim como no setor hidroviário como um todo”.

O estudo faz parte de um extenso acervo da Agência elaborado pela Superintendência de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade (SDS). O propósito maior com o patrocínio de estudos dessa envergadura é apresentar o potencial da hidrovia que, atualmente, é objeto de diversas ações em andamento, promovidas pela ANTAQ em parceria com o Ministério das Relações Exteriores; a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná.

Entusiasta do setor, o secretário-executivo do Minfra, Marcelo Sampaio, disse que “é momento de unir esforços para a criação de um robusto e consistente programa de governo de fomento às hidrovias brasileiras”. Ainda segundo Sampaio, não se pode perder a oportunidade de “unir pessoas e órgãos altamente engajados com o tema e criar um planejamento sistemático, composto por ações claras e viáveis para o melhor aproveitamento das hidrovias”.

Apresentado pelo superintendente da ANTAQ, José Renato Fialho, que também esteve presente na reunião técnica, o estudo apontou que, de 2010 a 2019, o transporte de cargas nas hidrovias do Brasil cresceu 73%. Na Hidrovia Paraguai-Paraná, esse transporte cresceu 82% entre 2010 a

2014, mas caiu 45% entre 2015 e 2019. Com relação aos produtos brasileiros transportados, 90% são minérios.

Vale frisar que o estudo baseou-se em três eixos: o eixo de mercado, que envolveu as trocas comerciais entre os países signatários do acordo; o eixo infraestrutura, que identificou tanto as condições da infraestrutura aquaviária ao longo da hidrovía, mas também as malhas rodoviária e ferroviária de ligação da infraestrutura aquaviária; e o eixo regulatório, que apontou as diferenças regulatórias entre os países signatários. Como resultado, e após simulações logísticas, foram estimados os produtos e seus volumes com potencial para serem atraídos para a hidrovía.

Corroborando com Sampaio, o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), Diogo Piloni, disse que a secretaria já vem trabalhando em diversas frentes para a criação de um planejamento adequado para a melhor exploração das vias navegáveis. “Ter ciência desse importante estudo, que como o próprio diretor da ANTAQ destacou, servirá de plataforma para o desenvolvimento de tantos outros estudos das hidrovias brasileiras. Sem dúvida o cenário é favorável para montar um grupo de excelência e, como bem disse o secretário-executivo, é hora de tirar do papel e instituir um programa de governo arrojado para o setor”.

O trabalho integral, com seus 7 relatórios, ***pode ser consultado aqui***.

<http://portal.antaq.gov.br/index.php/estudos/>

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários  
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: [asc@antaq.gov.br](mailto:asc@antaq.gov.br)

Data : 12/11/2020

**Portogente**

Fazendo o mundo mais ágil.

**PORTAL PORTO GENTE**

**DESENVOLVENDO O ARCO NORTE**

*Redação Portogente*

*A chave do desenvolvimento reside em quatro fatores fundamentais: recursos humanos, recursos naturais, formação de capital e tecnologia*

Mapa Arco NorteO webinar “As oportunidades do Arco Norte” desta quarta-feira, 11/11, no Portogente ofereceu um panorama amplo e desafiante do processo econômico da região do Brasil acima do paralelo 16°S. Como foi destacado, um palco histórico de grandes projetos, muitos fracassados e impactados, a exemplo dos americanos, Fordelândia e o Jari, o primeiro para produzir látex e o segundo para celulose. Uma área atraente e exigente de conhecimento para penetrá-la.

Sem sombra de dúvida, Arco Norte é o projeto nacional mais pujante de interfaces produtiva, logística e de inovação, envolvendo a região de maior demanda mundial de sustentabilidade. Com hidrelétricas, uma logística multimodal em acelerada implantação, a maior bacia hidrográfica do mundo e a floresta única no Planeta, tratadas, como nos ensina Bussinger, o paralelo como uma fronteira logística demarcando a produtividade do escoamento pelo Norte.

Entretanto, para perceber as oportunidades é preciso tratar o Arco Norte como um processo de desenvolvimento, um novo Ciclo Econômico. Especialmente na quadra que o Brasil atravessa, do mais doloroso conflito entre desemprego e inflação, esse ciclo de expansão de tantas possibilidades é uma Dádiva Divina. Há muitos obstáculos a serem superados, principalmente gargalos ambientais, exigentes de projetos qualificados. Portanto, há oportunidades.

Diferente de todos os outros projetos nacionais, a particularidade do Arco Norte, por tantas possibilidades que oferece, é exigente de uma multiplicidade de tratamentos. É um mundo único, da infraestrutura ao ambiental, na ocupação de espaços culturais nativos, como quilombolas e

índios, e rica diversidade da flora e fauna. Em especial, uma economia do extrativismo da floresta. Potencial imenso para atrair investimentos de forma inovadora.

Um ensejo de pesquisas acadêmicas na geração de comércio e trabalho, com aplicação da cultura regional, na produção em escala e de exportação da coleta processada de frutos e raízes. Uma abundância de desafios alvissareiros. Portogente vai debater o conjunto dessas variáveis, presente nessa marcha para atrair investimentos para conquistar emprego, produção e poder de compra.

*Fonte : Portal Porto Gente*

*Data : 12/11/2020*

# ISTOÉ Dinheiro

**ISTOÉ - DINHEIRO**

## **ESTOQUES DE PETRÓLEO NOS EUA SOBEM 4,277 MILHÕES DE BARRIS NA SEMANA, DIZ DOE**

Os estoques de petróleo nos Estados Unidos subiram 4,277 milhões de barris, para 488,706 milhões de barris, na semana encerrada em 6 de novembro, informou o Departamento de Energia (DoE, na sigla em inglês) do país. Analistas ouvidos pelo Wall Street Journal previam queda de 700 mil barris no período.

Os estoques de gasolina caíram 2,309 milhões de barris, a 225,356 milhões de barris, ante expectativa de estabilidade.

Já os estoques de destilados baixaram 5,355 milhões de barris, a 149,289 milhões de barris, diante de uma previsão de queda de 1,7 milhão de barris.

A taxa de utilização das refinarias caiu de 75,3% para 74,5%, ante previsão de alta a 75,8%.

Os estoques de petróleo em Cushing recuaram 518 mil barris, a 60,413 milhões de barris.

A produção média diária ficou estável em 10,5 milhões de barris.

*Fonte : IstoÉ- Dinheiro*

*Data : 12/11/2020*

## **GUEDES: GOVERNO USARÁ CORTE EM TARIFA DE IMPORTAÇÃO COMO INSTRUMENTO 'ANTIABUSO'**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o governo utilizará a redução de tarifas de importação como um instrumento "antiabuso" para a alta de preços de produtos específicos, como fez ao reduzir a taxa para compra de arroz, milho e soja do exterior. Em evento virtual organizado pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Guedes afirmou que a alta nos preços dos alimentos é "temporária e transitória" e deve se acalmar com o fim do auxílio emergencial.

"Estamos olhando para toda a pauta de produtos importados e vamos reduzir as tarifas do que estiver subindo o preço", completou o ministro da Economia.

### **Contribuição sobre transações digitais**

Depois de enterrar por mais de uma vez a ideia de um tributo nos moldes da antiga CPMF, o ministro da Economia voltou a citar nesta quinta-feira a criação de uma contribuição sobre transações digitais como forma de financiar a desoneração da folha de pagamentos. No evento da Abras, ele disse que a ideia é substituir impostos e que há o compromisso de não aumentar a carga tributária.



“Vamos reduzir a carga de impostos indiretos substancialmente. Queremos desonerar a folha de pagamentos, que é o mais cruel dos impostos. Falamos em contribuição sobre transações, principalmente digitais, para financiar desoneração da folha”, afirmou Guedes.

O ministro voltou a dizer que o governo pretende tributar a distribuição de dividendos, hoje isenta de Imposto de Renda. “Não haverá mais imposto para quem paga imposto, mas quem nunca pagou vai começar a pagar”, completou.

*Fonte : IstoÉ- Dinheiro*

*Data : 12/11/2020*

## **GOVERNO TENTA RETOMAR PAUTA NO CONGRESSO**

O governo tentará retomar a pauta econômica no Congresso a partir da próxima terça-feira, passado o primeiro turno das eleições municipais. A intenção é negociar com o Senado um pacote de votações ainda em novembro, que incluiria o novo marco regulatório do gás e a nova lei de falências – propostas que já foram aprovadas na Câmara. Encaminhar uma estratégia de votação para aprovar o programa que vai substituir o auxílio emergencial a partir de 2021 e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos fundos públicos são outras duas prioridades.

Na Câmara, o Planalto quer votar o projeto de cabotagem, conhecido como BR do Mar. A proposta busca facilitar a navegação comercial da costa brasileira. O pacote que o governo quer encaminhar na Casa inclui também o projeto de renegociação de dívidas dos Estados, a autonomia do Banco Central e a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

O governo, porém, enfrenta um caminho difícil. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), cobra o Executivo federal por respostas à crise que o Amapá vive após ser atingido por um apagão na semana passada, que ainda não se resolveu completamente. O episódio provocou uma reação do Congresso contra a privatização da Eletrobrás, projeto parado na Câmara e que o governo queria encaminhar por meio do Senado.

Além disso, os senadores tentarão retomar projetos que foram pautados na semana passada, mas não foram votados em função das campanhas municipais. Um deles é a medida que viabiliza a terceira fase do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Outro é o projeto que tenta reverter a abertura de mercado do transporte interestadual de ônibus, tema de uma disputa com Ministério da Infraestrutura, contrário ao texto. Os senadores também querem resgatar um projeto que estabelece regras para vacinação da população contra a covid-19, texto retirado da pauta por falta de acordo com o Ministério da Saúde.

Na Câmara, o entrave está na própria base do governo. Os partidos do Centrão lançaram mão de uma estratégia de obstruir o plenário e impedir qualquer votação até a instalação da Comissão Mista de Orçamento (CMO). O bloco disputa a presidência do colegiado com o grupo do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), antecipando uma disputa pela sucessão de Maia em fevereiro de 2021.

*Fonte : IstoÉ- Dinheiro*

*Data : 12/11/2020*



**ESTADO DE MINAS – MG**

**CCR TEM LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 118,3 MILHÕES NO TRIMESTRE, QUEDA DE 65,2%**

A CCR registrou um lucro líquido de R\$ 118,3 milhões no terceiro trimestre de 2020, queda de 65,2% na comparação com igual período de 2019. Os dados foram divulgados nesta quarta-feira,

11, pela empresa, em balanço enviado à CVM. De forma geral, a pandemia ainda pesou sobre os números da empresa ao reduzir o tráfego nas rodovias, aeroportos e mobilidade urbana. O número, entretanto, mostra que o pior já passou para a empresa, que conseguiu reverter o prejuízo de R\$ 142 milhões no segundo trimestre deste ano.

No critério mesma base, o lucro líquido foi de R\$ 93,3 milhões, decréscimo de 71,9% na comparação anual.

A companhia registrou no tráfego consolidado a menor redução desde o início da pandemia, de apenas 1,6%. Excluindo os resultados da CCR ViaSul (nova no portfólio), houve queda de 5,9% no tráfego.

No segmento de mobilidade, a queda na demanda foi de 56,8% no trimestre na comparação anual. Nos aeroportos, a queda média no total de passageiros foi de 85% em igual base.

O Ebitda ajustado da empresa (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) fechou em R\$ 1,331 bilhão, queda de 12,9% na comparação anual. A margem Ebitda caiu 3,7 pontos percentuais, para 59,7%. Já no critério mesma base, a linha do balanço ficou em R\$ 1,26 bilhão, queda de 16,5% no ano, com margem de 59,8% (-4 p.p.).

Em relação à Receita Líquida ajustada mesma base, a companhia obteve R\$ 2,1 bilhões no trimestre, redução de 10,9% no ano. O resultado operacional ajustado (Ebit) foi de R\$ 630,8 milhões no terceiro trimestre, queda de 31,5% na comparação anual.

A dívida líquida consolidada da empresa foi de R\$ 13,9 bilhões em setembro de 2020, crescimento de 6,9% na comparação com igual período de 2019. A alavancagem, medida pela relação dívida líquida sobre o Ebitda ajustado, saltou para 2,7 vezes, contra 2,3 vezes um ano antes.

*Fonte : Estado de Minas - MG*

*Data : 12/11/2020*

## **TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADOS TÊM ALTA DE 10,6% NO 3º TRI ANTE O 2º TRI**

A movimentação dos terminais portuários privados registrou alta de 10,6% no 3º trimestre em relação ao 2º trimestre deste ano. De acordo com levantamento da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) com dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), entre os meses de julho a setembro, foram movimentadas 205,03 milhões de toneladas, 19,7 milhões de toneladas a mais em comparação com os meses de abril, maio e junho.

Segundo a ATP, esse crescimento foi impulsionado pelo granel sólido, que registrou alta de 15,8% e aumentou sua movimentação em quase 18 milhões de toneladas. Minérios e cereais também tiveram movimentação expressiva, aponta a entidade, com altas de 26,8% e 693,8%, respectivamente.

De acordo com a ATP, com aumento de mais de um milhão de toneladas, a maior expansão foi do Porto Sudeste (+54,6%), seguido pelo Terminal Trombetas, da MRN (39,7%) e o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, da Vale (+34,3%).

"É um resultado positivo e que comprova a relevância dos terminais portuários privados para o escoamento da produção nacional. Mesmo com a crise causada pela pandemia, estamos crescendo e mantendo o setor em alta", afirmou o presidente da ATP, Murillo Barbosa.

Já na comparação com o terceiro trimestre do ano passado, os terminais portuários privados registram crescimento de 1,4%. O peso principal nesse resultado é do aumento na movimentação de granel líquido, de 6,8%. Também teve destaque a movimentação de combustíveis minerais e produtos químicos orgânicos, os dois com alta de 8%, aponta a ATP.

*Fonte : Estado de Minas - MG*

*Data : 12/11/2020*

## **GUINÉ APROVA PLANO DE INFRAESTRUTURA PARA MINÉRIO DE FERRO DE SIMANDOU**

*(Reportagem de Saliou Samb)*

CONACRI (Reuters) - O governo da Guiné aprovou nesta quinta-feira um acordo básico para que um consórcio multinacional construa uma ferrovia e um porto de águas profundas para exportar minerais do enorme projeto de minério de ferro de Simandou.

O consórcio --que inclui a cingapuriana Winning Shipping, a companhia guineana de logísticas de mineração United Mining Supply (UMS), a produtora de alumínio chinesa Shandong Weiqiao e o governo da Guiné-- venceu uma licitação no ano passado para desenvolver os blocos 1 e 2 de Simandou, maior depósito conhecido desse gênero.

Como parte do lance vencedor, o consórcio concordou em construir uma ferrovia de 650 quilômetros e um porto de águas profundas. O grupo disse no mês passado que pretende colocar os dois blocos em produção até 2025, após anos de atrasados causados por disputas legais e preços elevados.

O Ministério de Minas do país anunciou em comunicado que assinou o acordo de desenvolvimento.

"Nós finalmente temos a esperança de realizar esse antigo sonho para o país", disse à Reuters o ministro de Minas guineano, Abdoulaye Magassouba. Ele acrescentou que o custo total do projeto foi revisado para 16 bilhões de dólares, versus cerca de 14 bilhões de dólares anteriormente.

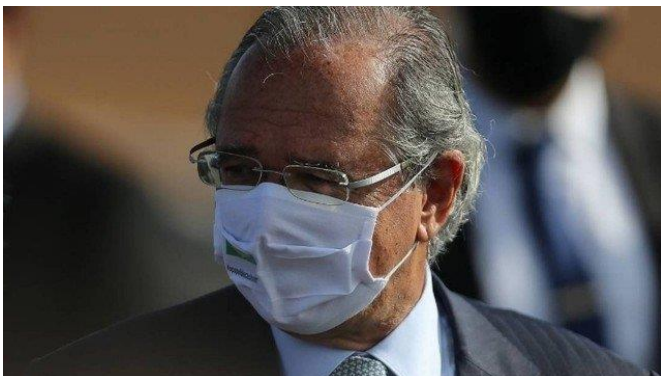
Simandou possui mais de 2 bilhões de toneladas de minério de ferro de alto grau. Os blocos 3 e 4 pertencem a Rio Tinto, Chinalco e governo da Guiné.

*Fonte : Extra Online*

*Data : 12/11/2020*

## **GOVERNO VAI PRORROGAR AUXÍLIO EMERGENCIAL SE HOVER SEGUNDA ONDA DE COVID-19, DIZ GUEDES**

*Por Manoel Ventura e Marcello Corrêa*



<https://extra.globo.com/incoming/24742094-ecc-4c9/w640h360-PROP/xpaulo.jpg.pagespeed.ic.s7aTjR5cyA.jpg>

*O ministro da Economia, Paulo Guedes, que participou de evento com supermercados Foto: Jorge William*

BRASÍLIA — O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta quinta-feira que, se houver uma segunda onda de Covid-19 no Brasil, é “certeza” que auxílio emergencial será prorrogado. Ele ressaltou, porém, que o governo não trabalha como esse cenário como “plano A”.

— Qual o plano para o auxílio emergencial? Remoção gradual, e nós voltamos para o Bolsa Família. Esse é o plano A. Existe possibilidade de haver a prorrogação do auxílio emergencial? Se houver uma segunda onda de pandemia, não é possibilidade, é uma certeza, vamos ter que

reagir. Mas não é o plano A, não é o que estamos pensando agora — disse o ministro, em evento do setor de supermercados.

O presidente Jair Bolsonaro não trabalha com a possibilidade de prorrogação do auxílio, que termina em dezembro. Além disso, indicou a interlocutores da ala política ter desistido de criar, neste ano, o Renda Cidadã. Segundo integrantes do alto escalão do governo, a ideia agora é manter o Bolsa Família, que atualmente beneficia 14,2 milhões de famílias, e incluir mais pessoas nas regras.

— A ideia é que o auxílio emergencial foi criado para enfrentar uma calamidade. A pandemia está descendo, e o auxílio emergencial está descendo junto. Essa é a nossa realidade, esse é o nosso plano A — disse o ministro.

No evento, Guedes reforçou que, se houver uma segunda onda da pandemia no Brasil — como está ocorrendo na Europa e começa chegar aos Estados Unidos —, o governo agirá da mesma forma que na primeira onda. Ele ressaltou, porém, que pretende gastar menos. Até agora, o governo já liberou R\$ 580 bilhões em medidas para combater a pandemia.

— Se houver uma segunda onda, atingir os brasileiros de novo, nós vamos reagir da mesma forma que reagimos na primeira onda. Vamos ter criar o estado de calamidade pública. (Mas) neste ano nós gastamos 10% do PIB, talvez a gente gaste 4% (no próximo ano) — disse, acrescentado: — A probabilidade hoje é baixa, não é tão alta, mas nós temos que estar preparados.

O ministro também disse que não é possível gastar muito por conta da disparada da dívida pública, que já se aproxima de 100% do PIB.

— É muito fácil agradar a todo mundo, dar um dinheiro para todo mundo, e hipotecar o futuro de nossos filhos e netos, que é o que tem sido feito há muitos governos.

O auxílio emergencial começou a ser pago com o valor de R\$ 600, durante cinco meses. Depois, esse valor foi reduzido para R\$ 300, até dezembro. A proposta inicial do governo, por outro lado, era de uma mensalidade de R\$ 200. O valor subiu com as discussões no Congresso Nacional, número maior que o esperado por Guedes.

— O primeiro movimento do governo foi de criar um auxílio de R\$ 200, para durar mais tempo. A base de atendimento foi muito grande e o valor começou a subir. No fundo, o número saiu um pouco maior do que nós esperávamos. Eu esperava que fosse de R\$ 200 para R\$ 400, já era o dobro do que estava lá. Mas a decisão política foi de empurrar para cima. Pode ter sido um exagero naquele momento, mas eu não me arrependo — afirmou.

*Fonte : Extra Online*

*Data : 12/11/2020*



## **AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS**

### **BRASKEM PROMETE OPERAÇÕES NEUTRAS EM EMISSÃO DE CARBONO ATÉ 2050**

*Por epbr - 12 de novembro de 2020 - Em Clima, Meio ambiente, Petróleo e gás, Transição energética*

A Braskem divulgou nesta semana o objetivo de tornar suas operações neutras na emissão de carbono até 2050. Dividido em três etapas, o objetivo envolve o aumento da produção de produtos reciclados, a redução de resíduos plásticos e a redução de gases causadores do efeito estufa.



Nos próximos cinco anos, a Braskem pretende ampliar seu portfólio de produtos certificados com o selo l'm green para incluir na sua produção 300 mil toneladas de resinas termoplásticas e produtos químicos com conteúdo reciclado. Entre 2025 e 2030, a empresa promete chegar a 1 milhão de toneladas de produtos l'm green produzidos.

A empresa também fará um esforço para garantir a destinação adequada de resíduos de sua produção. A meta é chegar a 2030 tendo evitado o descarte inadequado ou incineração de 1,5 milhão de toneladas de resíduos plásticos. A empresa ainda promete reduzir em 15% suas emissões de GEEs até 2030.

### **Metas e projetos da Braskem para neutralidade até 2050**

- Neutralidade de carbono até 2050
- 300 mil toneladas de resinas termoplásticas e produtos químicos com conteúdo reciclado até 2025
- 1 milhão de toneladas de produtos l'm green produzidos até 2030
- Parceria com a Canadian Solar para construção de usina solar em Minas Gerais
- Acordo de 20 anos com a Voltalia para compra da energia do complexo solar Serra do Mel, no Rio Grande do Norte
- Compromisso de longo prazo para compra da energia do Complexo eólico Folha Larga, da EDF Renewables
- Investimentos em geração distribuída na Bahia

### **Renováveis**

A empresa está apostando no investimento em eficiência energética e no aumento do uso de energia renovável com o objetivo de reduzir em 15% as emissões de gases do efeito estufa até 2030. Atualmente, 43% do consumo total de energia da Braskem no Brasil vem da geração renovável.

A Braskem anunciou em julho acordo com a Canadian Solar Inc para a compra, por 20 anos, da energia gerada por uma usina solar que está sendo construída em Minas Gerais. Com capacidade instalada de 152 MWp, a usina vai gerar o equivalente para abastecer uma cidade de 430 mil habitantes. As obras estão previstas para iniciarem em 2021 e a energia gerada será utilizada nas unidades industriais da Braskem no Brasil. A companhia estima evitar a emissão de 500 mil toneladas de CO<sup>2</sup> na atmosfera ao longo de 20 anos.

A francesa Voltalia anunciou em maio a venda de uma fatia da energia produzida pelas usinas Serra do Mel 1 e 2, que serão implantadas no Rio Grande do Norte, para a Braskem. O projeto, de 270 MW, tinha previsão para começar a ser construído em 2020 e começar a gerar energia no primeiro semestre de 2022.

### **Tendência**

A divulgação da meta da Braskem segue a tendência das grandes empresas privadas. No primeiro semestre deste ano, Shell, Total e BP estabeleceram o compromisso de zerar totalmente suas emissões de carbono até 2050.

As petroleiras apresentaram planos detalhados que envolvem alteração do portfólio para aumentar o foco na produção de energia renovável, maior eficiência nas operações desde a exploração até o transporte da produção, desenvolvimento de experiências de captura de carbono e garantir o controle de emissões em suas operações mais poluentes, reduzir a emissão de metano.

*Fonte : Agência EPBR de Notícias*

*Data : 12/11/2020*

## **SÃO FRANCISCO IMPEDIRÁ INSTALAÇÃO DE GÁS NATURAL EM PRÉDIOS NOVOS EM 2021**

*Por epbr - 12 de novembro de 2020 - Em Internacional, Transição energética*

A cidade de São Francisco vai proibir o uso de gás natural em novas construções a partir de junho de 2021, de acordo com uma portaria aprovada nesta semana pelo Conselho de Supervisores da

cidade. A medida exigirá fornecimento de energia 100% elétrico a novas residências e prédios comerciais.

Com a medida, São Francisco será metrópole da Califórnia a juntar-se ao esforço para restringir o uso do gás natural, fonte que representa a segunda maior emissões de gases de efeito estufa (GEE) na cidade. Em 2017, a queima de gás natural foi responsável por cerca de 80% das emissões realizadas nas edificações.

A nova restrição anunciada na terça (10) foi apoiada pela PG&E Corp, fornecedora de gás e eletricidade da cidade. Mas criticada por representantes da indústria, que afirmam que a restrição vai elevar as contas de energia dos consumidores e restringir as opções dos clientes.

Ao todo, 38 cidades da Califórnia já tomaram medidas para restringir a queima de gás, de acordo com o grupo ambientalista Sierra Club. Recentemente, São Francisco já havia proibido instalações de gás natural na construção de novos edifícios públicos. A nova restrição só terá a exceção para o uso de gás em restaurantes.

Recentemente, o governo da Califórnia propôs o banimento definitivo do fraturamento hidráulico em reservatórios não convencionais de petróleo e gás natural do estado até 2024. Iniciativa faz parte de um conjunto de medidas de descarbonização, mas neste caso precisa de aval do legislativo local.

A governo da Califórnia anunciou o objetivo de neutralizar em 100% suas emissões até 2045.

O governador democrata, Gavin Newsom também determinou que agências estaduais busquem alternativas, em colaboração com órgãos federais, para acelerar a implementação de políticas que levem a desativação de campos de petróleo e gás no estado. Um plano precisará ser apresentado até 2021.

*Fonte : Agência EPBR de Notícias*

*Data : 12/11/2020*

## **REFLEXÕES SOBRE O NOVO MARCO REGULATÓRIO DO SANEAMENTO BÁSICO, POR RAFAEL DAUDT D'OLIVEIRA**

*Por epbr - 12 de novembro de 2020 - Em Artigos e opinião*

O novo marco regulatório do saneamento básico, introduzido por meio da Lei nº 14.026/2020, traz algumas relevantes inovações: prevê a obrigatoriedade de os contratos preverem metas de desempenho e de universalização dos serviços; adota como princípio a regionalização dos serviços de saneamento; promove mudanças substanciais na sua regulação; e estimula a concorrência e a privatização das empresas estatais de saneamento, entre outras.

A nova Lei busca atrair investimentos privados e permitir o aumento gradual da desestatização do setor. Impõe aos titulares dos serviços a necessidade de celebração de contrato de concessão, mediante licitação, para a prestação dos serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular (novo art. 10 da Lei nº 11.445/2007). É uma mudança de paradigma: a lei prevê agora a obrigatoriedade de concorrência para a seleção da proposta mais vantajosa para a prestação dos serviços de saneamento básico, obrigando as empresas estatais do setor a competir em igualdade de condições com as empresas privadas por esses contratos.

A nova Lei ampliou substancialmente a competência da Agência Nacional de Águas ('ANA'). Agora, além da água, passa a regular o saneamento básico como um todo. Interessante observar que a regulação da ANA se limita à edição normas de referência (arts. 1º e 3º da Lei nº 9.984/2000 e art. 25-A da Lei nº 11.445/2007). Com efeito, o art. 4-A, § 1º, da Lei nº 9.984/2000 dispõe que compete à ANA estabelecer normas de referência sobre diversas questões, como padrões de qualidade e eficiência na prestação, na manutenção e na operação dos sistemas de saneamento básico, regulação tarifária dos serviços, metas de universalização dos serviços, entre outras.

A ideia do legislador é gerar um ambiente de segurança jurídica e regulatória, com regras claras e uniformes em todo o país, a fim de que possa atrair investimentos para o setor e contribuir com a universalização dos serviços públicos. O art. 4º-A, § 7º, da Lei nº 9.984/2000 estabelece que “a ANA zelará pela uniformidade regulatória do setor de saneamento básico e pela segurança jurídica na prestação e na regulação dos serviços”. E o art. 48, III, da Lei nº 11.445/2007 prevê como diretrizes da política de saneamento básico da União, a “uniformização da regulação do setor e divulgação de melhores práticas”.

***Contudo, as normas de referência devem se ater ao estabelecimento de diretrizes nacionais que possam ser uniformemente aplicadas em todo o território nacional. Não podem descer a minúcias nem adentrar especificidades locais. Portanto, Estados e Municípios podem e devem regular a prestação dos serviços de saneamento; contudo, devem observar as normas de referência da ANA.***

A regionalização dos serviços de saneamento básico foi reconhecida pelo legislador como princípio fundamental (art. 2º, XIV, Lei 11.445/2007). É importantíssima para a universalização dos serviços, na medida em que confere ganhos de escala e viabilidade técnica e econômico-financeira para atender a diversos municípios ao mesmo tempo. É o modelo em que uma prestadora/concessionária presta serviços de saneamento a um agrupamento de municípios não necessariamente limítrofes, e nem todos necessariamente lucrativos.

Existem quatro formas de prestação regionalizada (art. 3º, II e VI, da Lei 11.445/2007): (i) por meio da região metropolitana, aglomerações urbanas ou microrregiões de municípios limítrofes, de acordo com lei complementar estadual; (ii) por intermédio da unidade regional de saneamento básico, constituída pelo agrupamento de Municípios não necessariamente limítrofes, que pode ser instituída pelos Estados mediante lei ordinária; (iii) por meio do bloco de referência, constituído por Municípios não necessariamente limítrofes, que pode ser instituída pela União Federal de forma subsidiária aos Estados mediante acordo voluntário entre os integrantes; e, finalmente, (iv) por gestão associada entre os entes federativos por meio de consórcio público ou convênio de cooperação.

A nova lei encampa a chamada regulação por performance ou baseada em desempenho a qual, em vez de prescrever exatamente quais as condutas dos regulados, o regulador limita-se a estabelecer metas de desempenho, com base em parâmetros mensuráveis, objetivos e bem definidos (art. 10-A da Lei 11.445/2007). Dada a sua flexibilidade quanto aos meios utilizados, fomenta a inovação tecnológica, a adoção das melhores tecnologias disponíveis e reduz o custo regulatório para todas as partes envolvidas.

Dentre as metas de desempenho estão as ambiciosas metas de universalização, que devem garantir “o atendimento de 99% (noventa e nove por cento) da população com água potável e de 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, assim como metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento” (art. 11-B, da Lei 11.445/2007). Contudo, existe possibilidade de dilação do prazo para o cumprimento das metas de universalização até, no máximo, 1º de janeiro de 2040, desde que haja anuência prévia da agência reguladora (art. 11-B, § 9º).

O art. 44, da Lei nº 11.445/2007, disciplina aspectos do licenciamento ambiental, prescrevendo que para o tratamento de esgotos sanitários, de água e das instalações integrantes dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos serão considerados requisitos “de eficácia e eficiência, a fim de alcançar progressivamente os padrões estabelecidos pela legislação ambiental”. Adota, também aqui, a ideia da regulação por performance, uma vez que o dispositivo fala em alcançar os padrões ambientais.

A nova Lei traz alguns avanços, tais como incentivos à concorrência, melhoria do ambiente regulatório, ênfase na prestação regionalizada, previsão de metas de desempenho e de ambiciosas metas de universalização. Resta saber se essas inovações vão produzir os esperados benefícios para o setor e para a universalização do saneamento básico a todas as famílias brasileiras.

**Rafael Daudt D'Oliveira** é doutorando em Direito Público e Mestre em Direito Ambiental e Urbanístico pela Universidade de Coimbra, Portugal. Professor de Direito Ambiental da PUC-Rio. Professor de Direito Ambiental e coordenador do módulo de Direito Ambiental da Pós-graduação da ESAP – Escola Superior da Advocacia Pública. Ex-conselheiro do CONAMA e do CONEMA-RJ. Ex-Procurador-chefe do Instituto Estadual do Ambiente-RJ. Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Procurador Adido ao Gabinete do Procurador-Geral do Estado para assuntos de Patrimônio e Meio Ambiente. Sócio do escritório Daudt Advogados. Autor do livro “A Simplificação no Direito Administrativo e Ambiental”.

*Fonte : Agência EPBR de Notícias*

*Data : 12/11/2020*



## **JORNAL O GLOBO – RJ**

### **GOVERNO QUER AMPLIAR MICROCRÉDITO PARA DAR FÔLEGO A INFORMAIS E PEQUENOS NEGÓCIOS NA CRISE**

Programa é opção para que beneficiários dos programas de distribuição de renda tenham uma atividade sustentável, diz assessor especial de Guedes

*Por Geralda Doça*

BRASÍLIA — O governo quer reavivar o microcrédito para permitir que pequenos empreendedores formais e informais voltem a investir. A estratégia é usar a Caixa Econômica Federal que já anunciou um plano de emprestar R\$ 10 bilhões para o segmento por meio de contas digitais, a partir de janeiro com o fim do auxílio emergencial.

Segundo Guilherme Afif, assessor especial do ministro da Economia, Paulo Guedes, o microcrédito não será substituto do auxílio emergencial, mas uma alternativa para criar condições com que os beneficiários dos programas de distribuição de renda possam ter uma atividade sustentável.

— Microcrédito não é dinheiro a fundo perdido para ser distribuído, não é para substituir o Renda Brasil ou auxílio emergencial, de jeito nenhum — afirmou Afif.

A tentativa do governo de estimular o microcrédito é anterior à pandemia do novo coronavírus. O assunto foi tratado na medida provisória (MP) 905, editada em novembro de 2019 para estimular o emprego entre os jovens.

A proposta acabou não avançando no Congresso, mas ela previa mudança nos depósitos à vista no Banco Central (BC) para estimular bancos, fintechs, agências de fomento e cooperativas de crédito a contratarem operações de microcrédito.

A MP projetava elevar o estoque de microcrédito para R\$ 40 bilhões em 2022, mas o relatório apresentado na época apurou que o montante chegaria a R\$ 25 bilhões.

Para Afif, não será necessário mexer nas regras, apenas concentrar esforços para fazer com que os recursos existentes cheguem até à ponta, com taxas de juros mais acessíveis, utilizando meios digitais para a concessão do microcrédito.

— Temos que trabalhar com o dinheiro que nós temos disponível até porque a demanda desse crédito é lenta. A desinformação nesse universo é muito grande — disse Afif.

Ele citou os fundos garantidores de crédito acionados pelos bancos durante a pandemia para cobrir o risco das operações a pequenos tomadores. A Caixa vem utilizando, inclusive, o fundo de aval do Sebrae.

— O grande desafio do microcrédito é fazer com que ele chegue na ponta, a exemplo das maquinhas, das fintechs, porque o sistema de crédito tradicional não atinge esse público. Os bancos têm muita dificuldade de fazer microcrédito — mencionou Afif, acrescentando:

— É o crédito por meios digitais, não por meio tradicionais e a Caixa é a que está mais preparada para isso. O Banco do Brasil é um banco tradicional. Não tem cacoete de banco social.

O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, anunciou na cerimônia de comemoração pela marca de 100 milhões de contas digitais, na semana passada, que a ideia é utilizar o banco digital para conceder empréstimos entre R\$ 500 e R\$ 1 mil, com taxas reduzidas.

Dos 38,6 milhões de inscrito no Cadastro Único (CadÚnico) do Ministério da Cidadania, apenas 6,7 milhões são tomadores de empréstimos.

De acordo com dados do BC, o saldo da carteira de microcrédito direcionado a pessoas físicas encerrou setembro em R\$ 6,48 bilhões, acumulando queda de 3% no ano. Esse volume representa cerca de 0,02% do estoque de crédito total, de R\$ 3,81 trilhões.

*Fonte : O Globo - RJ*

*Data : 12/11/2020*

## MERCADO LIVRE ANUNCIA CINCO NOVOS CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO NO PAÍS

Serão três novas instalações em São Paulo, uma em Minas Gerais e uma em Santa Catarina

*Por Sérgio Matsuura*



[https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24742033-c1b/FT1086A/652/xCD\\_Cajamar\\_Mercado\\_Livre\\_baixa\\_resolucao.jpg.pagespeed.ic.ngY9DuJVIA.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24742033-c1b/FT1086A/652/xCD_Cajamar_Mercado_Livre_baixa_resolucao.jpg.pagespeed.ic.ngY9DuJVIA.jpg)

*O Mercado Livre anunciou mais cinco centros de distribuição no país, sendo dois deles em Cajamar, em São Paulo Foto: Divulgação*

RIO – O Mercado Livre anunciou a expansão de sua rede logística com cinco novos centros de distribuição no país. Serão três novas instalações em São Paulo, duas em Cajamar — uma delas já em operação — e uma em Guarulhos; uma em Minas Gerais, na cidade de Extrema; e outra em Celso Ramos, em Santa Catarina.

— Serão 340 mil metros quadrados de área instalada, isso mais que duplica a capacidade que a gente tinha em superfície plana — afirmou Leandro Bassoi, vice-presidente de Mercado Envios, o braço logístico do grupo argentino. — É um passo importante para a gente conseguir fazer entregas cada vez mais rápidas.

Quatro dos novos centros de distribuição serão do modelo conhecido como fulfillment, quando o estoque dos vendedores é gerenciado pelo Mercado Livre, do armazenamento à entrega do pacote. Em Guarulhos o modelo será de cross-docking, servindo como um entreposto de encomendas enviadas pelos vendedores.

— Por isso escolhemos Guarulhos, pela proximidade com o aeroporto — afirmou Bassoi, lembrando o investimento feito pela companhia para a criação da MELI Air, uma companhia aérea própria com frota de quatro aviões.

O objetivo da companhia é ampliar a capacidade de entrega de produtos em até dois dias. Hoje, disse Bassoi, 80% das vendas via fulfillment são entregues em até 48 horas, sendo que 70% acontecem no dia seguinte da compra. E essa rede de entregas rápidas cobre 1,8 mil cidades no país.



Antes da ampliação a empresa operava dois centros de distribuição em São Paulo, um em Cajamar e outro em Louveira, e um terceiro em Lauro de Freitas, na Bahia, inaugurado neste ano. Das cinco novas instalações anunciadas nesta quinta-feira, uma em Cajamar, com 75 mil metros quadrados, entrou em operação na segunda-feira, dia 9.

O movimento do Mercado Livre foi antecipado no mês passado pela coluna Capital, do GLOBO, que informou que o site estava absorvendo mais 75 mil metros quadrados de galpões em Cajamar (SP).

Os outros quatro começarão a operar em meados de 2021. Segundo Bassoi, o plano da Mercado Envios é encerrar o ano que vem com sete centros de distribuição de fulfillment, 17 centros de cross-docking, somando 610 mil metros quadrados de espaço de armazenagem. Além de 600 carretas e 10 mil vans, gerando 13,5 mil empregos diretos.

A expansão da rede está dentro do orçamento de R\$ 4 bilhões em investimentos anunciados pela companhia para o país neste ano. Para 2021, o planejamento ainda não está fechado, mas o volume será maior.

*Fonte : O Globo - RJ*

*Data : 12/11/2020*

## **ALTA DE PREÇOS É TEMPORÁRIA E TRANSITÓRIA, DIZ GUEDES**

Supermercados não têm culpa por alimentos mais caros

*Por Manoel Ventura e Marcello Corrêa*



[https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24741900-443-e10/FT1086A/652/xPaulo-Guedes-com-supermercados.jpg.pagespeed.ic.9-rG9268 .jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24741900-443-e10/FT1086A/652/xPaulo-Guedes-com-supermercados.jpg.pagespeed.ic.9-rG9268.jpg)

*O ministro da Economia, Paulo Guedes, participa de evento com o setor de supermercados Foto: Reprodução*

BRASÍLIA — O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta quinta-feira que a alta de preços registrada nos últimos meses é temporária e transitória. Ele citou o

aumento do consumo em setores como de alimentos e da construção civil, ocasionado pelo auxílio emergencial, como causa da situação.

— É uma alta temporária de preços e é uma alta transitória de preços. É importante manter isso em mente. Na hora que o auxílio emergencial vem, e as pessoas estão em confinamento, estão em casa, elas gastaram um pouco em material de construção, melhoraram suas casas e foram ao supermercado e fizeram compras — disse Guedes, em evento no setor de supermercados.

Para Guedes, com o fim do auxílio emergencial em dezembro, essa situação “deve se acalmar”. Mas ele admitiu que, em caso de uma segunda onda de Covid, o governo irá prorrogar auxílio emergencial.

O ministro ressaltou que o governo reduziu o imposto de importação do arroz, da soja e do milho para segurar os preços.

### **Ministro defende imposto sobre transação**

— Quando a população começou a reclamar de preços excessivos no arroz, no óleo de soja, estamos examinando toda a pauta de alimentação para eliminar impostos de importação — disse Guedes.

Dados do IBGE divulgados na semana passada apontam que a inflação acelerou e ficou em 0,86% em outubro, na comparação com o mês anterior, pressionada principalmente pelos preços dos alimentos.

Foi a maior alta para o mês desde 2002, quando o índice avançou 1,3%. Em 12 meses, o IPCA está em 3,92%, pouco abaixo do centro da meta de 4% estabelecida para 2020.

Falando para uma plateia de supermercadistas, Guedes afirmou que a culpa dos preços altos não é dos mercados.

— Muita gente às vezes está com raiva dos supermercados, está chateado com o supermercado. Não tem nada a ver com o supermercado. O supermercado é uma plataforma de distribuição. Se esse produto já chega caro, porque o subiu o câmbio ou porque a demanda foi forte e os preços subiram, nós temos que deixar a engrenagem do mercado funcionar — afirmou.

No mesmo evento, o ministro da Economia voltou a defender o imposto sobre transações eletrônicas como forma de viabilizar a desoneração da folha de pagamento. Duas semanas antes, ele chegou a dizer que o tributo estava "morto".

*Fonte : O Globo - RJ*

*Data : 12/11/2020*

## **CNC MARCA PRESENÇA NO ENAEX, REFERÊNCIA EM COMÉRCIO EXTERIOR**

O tema deste ano é Mais infraestrutura, menos custos e mais mercados externos  
**POR CNC**



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24741484-d24-ef5/FT1086A/652/xFoto-nota-Enaex-2020-1-.jpg.pagespeed.ic.bnP0nTG5UU.jpg>

*Enaex é um espaço para empresários de todo o Brasil, atuantes na cadeia das operações comerciais com o exterior Foto: Divulgação CNC*

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) está presente no 39º Encontro Nacional de Comércio Exterior (Enaex), evento de referência no setor, que acontece hoje e amanhã, no Rio de Janeiro.

O encontro é organizado pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), que está completando 50 anos de fundação. O tema deste ano é Mais infraestrutura, menos custos e mais mercados externos. “É um debate fundamental para o País, a economia e as empresas brasileiras”, afirma o presidente da CNC, José Roberto Tadros. “Está mais do que na hora de o Brasil ampliar sua inserção no comércio internacional, de forma consistente e competitiva”, completa.

Realizado desde 1972, o Enaex é um espaço para que empresários de todo o Brasil, atuantes na cadeia das operações comerciais com o exterior, juntamente com representantes de instâncias de governo responsáveis pela formulação de políticas comercial externa e de inserção internacional do Brasil, alarguem e conciliem diálogo sobre o que fazer para ampliar a participação brasileira no comércio global.

*Fonte : O Globo - RJ*

*Data : 12/11/2020*

# **O ESTADO DE S. PAULO**

## O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

### GUEDES: 'MODELO BASEADO EM GASTOS PÚBLICOS JÁ NOS LEVOU 2 VEZES À HIPERINFLAÇÃO'

Por Lorena Rodrigues - Em Brasília



[https://conteudo.imguol.com.br/c/noticias/54/2020/09/14/ministro-da-economia-paulo-guedes-1600091474589\\_v2\\_450x450.jpg](https://conteudo.imguol.com.br/c/noticias/54/2020/09/14/ministro-da-economia-paulo-guedes-1600091474589_v2_450x450.jpg)

*Guedes voltou a pedir a aprovação do chamado pacto federativo, enviado há mais de um ano ao Congresso Nacional*  
*Imagem: ADRIANO MACHADO/Reuters*

“O modelo baseado em gastos públicos já nos levou duas vezes à hiperinflação. Não podemos por covardia e politicagem continuar gastando além da nossa capacidade financeira”, disse ministro da Economia, Paulo Guedes, nesta quinta-feira, 12. A declaração ocorre dois dias depois de o ministro falar que Brasil pode “ir para uma hiperinflação muito rápido” se não rolar a dívida satisfatoriamente.

Guedes voltou a pedir durante evento virtual organizado nesta quinta-feira pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras) a aprovação do chamado pacto federativo, enviado há mais de um ano ao Congresso Nacional.

O ministro ressaltou que é preciso transformar a “onda de consumo” criada pelas medidas de estímulo para fazer frente à pandemia do coronavírus em investimento.

Ele voltou a dizer que vai “derrubar” a relação dívida/PIB em 2021 e lembrou que o país ficará um ano pagando os gastos trazidos pela pandemia do coronavírus.

#### Previdência

O ministro da Economia disse ainda que a economia com reforma da Previdência pode ser maior do que a inicialmente prevista e chegar a R\$ 500 bilhões nos próximos anos.

No evento da Abras, Guedes defendeu a redução do tamanho do Estado e disse que, de cada 100 servidores aposentados, o governo está contratando apenas 26 novos funcionários públicos, o que foi ajudado com a digitalização de serviços.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP*

*Data : 12/11/2020*

### ALCOLUMBRE PEDE A BOLSONARO E GUEDES PARA PRORROGAREM AUXÍLIO EMERGENCIAL NO AMAPÁ

Presidente do Senado disse que, após o apagão que atingiu o Estado, os moradores precisam de ajuda; benefício é pago a 37% da população local

*Por Daniel Weterman, O Estado de S. Paulo*

BRASÍLIA - O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), pediu ao presidente Jair Bolsonaro e ao ministro da Economia, Paulo Guedes, para prorrogar o auxílio emergencial pago durante a pandemia de covid-19 no Amapá. A justificativa é socorrer pessoas atingidas pelo apagão no Estado, que deixou a maior parte dos municípios sem energia elétrica.

"Os amapaenses perderam a comida de um mês, tudo estragou nas geladeiras. As pessoas estão sofrendo. É dever do Estado socorrê-las", escreveu Alcolumbre nas redes sociais. "Depois do apagão, nove dias atrás, o Amapá ainda não teve 100% da energia restabelecida. O sistema de rodízio impõe prejuízo e problemas. A população está sofrendo e precisa de ajuda e de respostas efetivas."

O pedido de Alcolumbre ocorre após o parlamentar agir para adiar as eleições municipais em Macapá, cidade onde seu irmão e suplente no Senado, Josiel Alcolumbre (DEM), é candidato a prefeito. Segundo a última pesquisa Ibope, divulgada na quarta-feira, 11, Josiel caiu 9 pontos percentuais em relação ao último levantamento, mas ainda lidera a corrida, com 26% das intenções de voto.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/5/8/1600908770785.jpg>

*O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que, após apagão, população do Amapá precisa de ajuda. Foto: Michel Jesus/Agência Câmara*

O auxílio emergencial, pago a trabalhadores informais e desempregados durante a crise do novo coronavírus, deve custar R\$ 322 bilhões para a União neste ano e acaba em dezembro. Só no Amapá, o benefício é pago para 321.787 pessoas, o que equivale a 37% da população do Estado, de acordo com o Ministério da Cidadania. Os gastos, livres de uma série de regras fiscais, foram autorizados em função do estado de calamidade pública, que termina em 31 de dezembro.

O governo ainda discute uma alternativa para turbinar o Bolsa Família a partir de janeiro, mas ainda não há fonte para financiar um programa mais robusto. Conforme o Estadão revelou, o Executivo planeja oferecer um programa de microcrédito para informais após o fim do auxílio.

Nesta quinta-feira, 12, o ministro Paulo Guedes disse que o governo vai prorrogar o pagamento caso haja uma segunda onda da pandemia no Brasil. Nesse cenário, o estado de calamidade seria estendido.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP*

*Data : 12/11/2020*

## **GOVERNO QUER R\$ 25 BI EM MICROCRÉDITO PARA MITIGAR FIM DO AUXÍLIO EMERGENCIAL**

Assunto foi discutido entre Onyx Lorenzoni e o presidente do BC; do valor pretendido, a Caixa já acertou o repasse de R\$ 10 bilhões; empréstimos podem ficar entre R\$ 1,5 mil e R\$ 5 mil  
Por Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O governo pretende criar um programa de microcrédito para os trabalhadores informais que vão deixar de receber o auxílio emergencial – cuja vigência expira no fim do próximo mês. O assunto foi discutido pelo ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, na última terça-feira, com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, a Caixa Econômica Federal, banco oficial que foi responsável pela operação do pagamento do auxílio, já tem condições hoje de oferecer R\$ 10 bilhões para financiar a nova linha de crédito. Esse valor, porém, poderia chegar a R\$ 25 bilhões com a implementação de outras medidas em estudo. Para os beneficiários, o valor do empréstimo pode ficar entre R\$ 1,5 mil e R\$ 5 mil.

O fim do auxílio emergencial é uma convicção no Ministério da Economia. A avaliação do governo é de que não há espaço fiscal para dar mais dinheiro a fundo perdido aos informais. Por isso, a meta seria ajudá-los a ter autonomia para trabalhar.

O foco do governo está no chamado grupo dos “invisíveis”, que estão na informalidade e que, até então, não recebiam ajuda oficial – e que podem ficar sem nenhum benefício a partir de 1.º de janeiro. São pelo menos 38,1 milhões de brasileiros nessa situação. Paralelamente, o governo ainda tenta costurar um novo programa social para substituir o Bolsa Família e abarcar uma parcela maior de beneficiários.



Para defender a criação do novo programa de microcrédito, o governo tem citado exemplos de beneficiários do auxílio emergencial que usaram o dinheiro para comprar equipamentos necessários para o trabalho durante a pandemia.

### **Compulsórios**

Uma das medidas em discussão para fazer com que o valor disponível salte dos R\$ 10 bilhões para até R\$ 25 bilhões é aumentar a parcela dos recursos que os bancos são obrigados a deixar no BC – os chamados “depósitos compulsórios” – e que poderiam ser direcionados aos empréstimos de microcrédito.

Além disso, o Ministério da Economia avalia a possibilidade de reforçar as garantias disponíveis para dar suporte a esses empréstimos. O tema está em discussão entre a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, e o Ministério da Cidadania, para que seja uma “porta de saída” para que trabalhadores informais se formalizem como Microempreendedor Individual (MEI). Ao conseguir esse registro, os trabalhadores passam a contribuir ao INSS e, conseqüentemente, a ter acesso a benefícios previdenciários.

Desde o início do governo, o presidente do BC abraçou a agenda do microcrédito. Na Medida Provisória do Emprego Verde Amarelo – que pretendia incentivar contratações de jovens e acabou perdendo validade antes de ser votada pelo Congresso –, havia uma proposta de estímulo ao microcrédito. Agora, segundo apurou a reportagem, um das possibilidades é remanejar parte do direcionamento dos compulsórios do setor agrícola para o microcrédito.

Do lado das garantias, há a possibilidade de reforçar os fundos garantidores FGO (administrado pelo Banco do Brasil) e FGI (gerido pelo BNDES). Os fundos garantidores cumprem um papel importante porque dão a cobertura necessária aos bancos em caso de calote. O público de baixa renda enfrenta hoje restrições no acesso a crédito justamente porque não têm como oferecer garantias às instituições financeiras, como contrapartida ao risco de inadimplência.

Para bancar novos aportes nos fundos garantidores, será preciso encontrar espaço fiscal no Orçamento de 2021. Costuras estão sendo feitas no Congresso para abrir espaço nas despesas e viabilizar o repasse dos recursos do Tesouro aos fundos. Tanto na Câmara quanto no Senado há ressonância para que isso seja atingido.

Críticos da medida, no entanto, temem que o incentivo ao registro dos trabalhadores como microempreendedor individual acabe incentivando a “pejotização” e formatos de trabalho mais precários. Procurado, o Ministério da Cidadania não respondeu. O BC também não comentou.

Como mostrou o Estadão, outra ideia em estudo é tornar permanente o Pronampe, programa de socorro para micro e pequenas empresas, considerado bem-sucedido. O projeto da terceira fase do programa em tramitação no Senado deverá sofrer modificações. O mais provável é que não haja essa terceira fase em 2020 e o Pronampe já nasça permanente em novas condições de taxas de juros e garantias para 2021.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP*

*Data : 12/11/2020*

**Valor**  
ECONÔMICO

Informação que vira dinheiro.

**VALOR ECONÔMICO (SP)**

**LOG-IN MIRA NA CARGA FRACIONADA PARA GANHAR ESPAÇO**

Companhia adota nova estratégia para crescer na cabotagem

*Por Gabriel Vasconcelos — Do Rio*



O grupo de cabotagem brasileiro Log-In aposta na carga fracionada para expandir as operações e crescer no concentrado mercado de transporte marítimo que divide com multinacionais atuantes no país.

A estratégia é desenvolver tecnologias e soluções logísticas para o transporte de cargas menores e mais diversificadas em um mesmo contêiner, a fim de aumentar receita a médio prazo, em paralelo à disputa por grandes clientes, que embarcam volumes maiores. Em vez de toneladas, as cargas fracionadas estariam na casa das centenas de quilos, sendo combinadas para que a operação não perca eficiência ou margem de lucro.

Segundo o diretor-presidente da empresa, Marcio Arany, esse incremento se dará por fora da disputa com as líderes de mercado, como Aliança Navegação e Logística, braço do grupo alemão Hamburg Sud, e a Mercosul Line, que integra o grupo francês CMA CGM. A principal competição na nova frente da Log-in, diz o executivo, é o modal rodoviário. “Hoje, no Brasil, a cada seis contêineres em cima de caminhões, existe apenas um na cabotagem. Há um mercado enorme a ser explorado”, diz.

O presidente diz que, apesar das perdas inevitáveis, a pandemia se mostrou eficiente catalisadora para a atração de clientes que só transportavam na estrada. Isso porque, no auge da crise, a restrição de circulação interestadual levou alguns produtores a experimentarem a cabotagem, serviço que não foi paralisado.

Segundo o diretor de relações com investidores da empresa, Pascoal Gomes, há no Brasil uma numerosa geração de fabricantes de porte médio amadurecendo plantas e estratégias de distribuição, e que já estariam aptas a migrar para o frete entre portos marítimos. “Esse movimento será mais palpável quando a retomada da economia pós-covid 19 se consolidar”, diz. Com isso, a Log-In planeja triplicar o número de clientes, passando de pouco mais de mil para 3 mil empresas atendidas.

Para o plano avançar, porém, é preciso investir em tecnologia para facilitar o controle das cargas pelos clientes, tornando viável a operação. Ainda este ano, a Log-In planeja introduzir plataforma digital de rastreamento de cargas em tempo real, que desobriga o atendimento de clientes por operadores humanos e permitirá rápida expansão da carteira de clientes.

O balanço do terceiro trimestre da Log-In, divulgado ontem, apontou lucro líquido de R\$ 9,1 milhões e receita líquida de R\$ 298,5 milhões, 7,3% acima do reportado em igual período de 2019. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebtida) foi de R\$ 83,9 milhões, 20% maior na comparação anual. O resultado veio em linha com o esperado pela empresa antes da pandemia, o que denota retomada da atividade. Os executivos reconhecem um efeito de compensação da pandemia na demanda dos clientes.

Segundo Gomes, no pico da pandemia, a empresa não teve prejuízo, mas sofreu com a paralisação de fábricas e portos por mais de 40 dias em cidades chaves, como Manaus. A solução foi buscar novos clientes e intensificar operações em trechos livres, mais curtos e, por isso, menos rentáveis.

Também contribuiu a operação do Terminal Portuário de Vila Velha, no Espírito Santo, cuja concessão foi renovada até 2048. A instalação foi adaptada para receber cargas gerais, ou seja, fora de contêineres, como grãos e aço. A estocagem e o tratamento dessas cargas, 30% do que passa por ali, além de serviços acessórios, como rotulagem de produtos, foram importantes fontes de receita quando a cabotagem desacelerou na crise.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data : 12/11/2020*

## **EMBARQUE DE CAFÉ VOLTOU A BATER RECORDE EM OUTUBRO**

Foram 4,1 milhões de sacas de 60 quilos em outubro, 11,5% mais que no mesmo mês do ano passado, segundo o Cecafé

*Por Marcela Caetano — De São Paulo*

Foram 4,1 milhões de sacas de 60 quilos em outubro, 11,5% mais que no mesmo mês do ano passado, segundo o Cecafé

As exportações de café (verde, solúvel e torrado & moído) do país somaram 4,1 milhões de sacas de 60 quilos em outubro, 11,5% mais que no mesmo mês do ano passado, segundo dados divulgados pelo Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé). Foi um volume recorde para meses de outubro e o segundo melhor resultado mensal do ano.

A receita gerada pelos embarques cresceu 8,5% e alcançou US\$ 509,6 milhões. O avanço da receita foi menor que o do volume porque o preço médio da saca caiu 2,7% na comparação, para US\$ 124,52. Conforme o Cecafé, o volume das exportações de café arábica atingiu 3,3 milhões de sacas no mês passado, com incremento de 12,4%, enquanto o de café conilon registrou alta de 31,4%, para 471,8 mil sacas.

“As exportações tiveram ótima performance em outubro, destacando-se como o melhor resultado para o mês. Pelo segundo mês consecutivo, o país obteve um desempenho histórico inédito que culminou no melhor resultado para um quinto bimestre, com o volume acumulado em setembro e outubro de 8,3 milhões de sacas. As expectativas são da manutenção desses volumes nos próximos dois meses”, disse Nelson Carvalhaes, presidente do Cecafé, em nota.

De janeiro a outubro, as exportações de café alcançaram 35 milhões de sacas, 1,9% mais que em igual período de 2019 e o maior volume dos últimos cinco anos. A receita acumulada subiu 3% em relação aos primeiros dez meses do ano passado, para US\$ 4,4 bilhões - também o melhor resultado nos últimos cinco anos. O preço médio da saca exportada subiu 1%, para US\$ 126,6. No período, os embarques de arábica somaram 27,5 milhões de, em queda de 0,3%, e os de conilon cresceram 23,4%, para 4,2 milhões de sacas.

Já nos quatro primeiros meses desta safra 2020/21 (julho a outubro), as exportações também registraram o melhor resultado das últimas cinco temporadas em volume: foram 15 milhões de sacas, alta de 8,1% ante igual intervalo do ciclo anterior. A receita chegou a US\$ 1,8 bilhão, 4,9% mais, e o preço médio recuou 3%, para US\$ 121,15 por saca.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data : 12/11/2020*

## **TCU AUTORIZA EDITAL DE FERROVIA NA BAHIA**

Lançada em 2011 para escoamento de minério de ferro, Fiol poderá ir a leilão após ajustes  
*Por Murillo Camarotto — De Brasília*

Após quase um ano de análise, o Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou ontem a publicação do edital para licitação da primeira fase da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), localizada na Bahia. Com o aval, sujeito a alguns ajustes, o governo poderá realizar o leilão para a concessão do trecho de 535 km entre as cidades de Caetité e Ilhéus.

O vencedor do certame - ainda sem data confirmada - terá que concluir as obras da estrada de ferro, que está sendo construída pelo governo, além de providenciar os sistemas de comunicação e sinalização e o material rodante. As obras estão atualmente com 75% de execução.

Iniciada em 2011, a Fiol foi planejada originalmente para viabilizar a exploração e o escoamento do minério de ferro encontrado no interior do Estado. Outro objetivo, para as fases seguintes, é transportar a produção de grãos vinda do Oeste baiano.

As próximas etapas da ferrovia visam ligar Caetité à Barreiras, onde fica um importante polo agrícola. Em seguida, o plano é conectar a Fiol à Ferrovia Norte-Sul. No mês passado, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, colocou a obra entre as prioridades da pasta para 2021.

O plenário do TCU aprovou por unanimidade a proposta do relator, ministro Aroldo Cedraz, que é baiano. A posição do colegiado, entretanto, divergiu em parte das recomendações da área técnica

do tribunal, que apontou algumas inconsistências no projeto e propôs mais exigências antes da liberação do leilão.

Os ministros, no entanto, entenderam que o atendimento a todas as recomendações dos auditores acarretaria em uma demora grande para a realização do leilão e, conseqüentemente, para a entrega da ferrovia.

Avaliação semelhante pôde ser vista em um passado recente, com a aprovação de prorrogações antecipadas das concessões de outras ferrovias importantes, como a Malha Paulista, administrada pela Rumo, a Estrada de Ferro Carajás e a Estrada de Ferro Vitória-Minas, ambas sob concessão da mineradora Vale.

No caso da Fiol, a expectativa é de que também seja administrada por uma mineradora. Dona dos direitos de exploração das jazidas da região, a Bahia Mineração (Bamin) pode ser a única interessada em participar do leilão da ferrovia. A empresa também já se candidatou a construir o porto pelo qual o minério será exportado, no litoral sul baiano.

A construção do terminal portuário está entre os ajustes solicitados pelo TCU para que o edital possa ser publicado. O órgão quer que o Ministério da Infraestrutura esclareça os meios jurídicos que vão permitir que a futura concessionária da ferrovia implemente a estrutura necessária para o funcionamento do porto.

O tribunal também determinou que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) faça ajustes prévios na minuta do contrato, a fim de deixar claras as premissas que vão balizar a outorga variável que está prevista.

A possível falta de concorrência era uma das preocupações manifestadas pelos técnicos do TCU. Os ministros alegaram que, se isso de fato ocorrer, a questão poderá ser enfrentada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que é o responsável por esse tipo de caso.

Há também a crença de que com o andamento das etapas futuras, a Fiol passará a absorver outras cargas, dando mais dinamismo para a economia local.

“Hoje estamos dando um passo importante para reduzir esse brutal e vergonhoso gargalo na infraestrutura brasileira”, disse o presidente do TCU, José Múcio.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data : 12/11/2020*

## **CONCESSÃO DE 41 AEROPORTOS SERÁ FEITA EM 4 RODADAS, CONFIRMA TARCÍSIO**

A primeira delas deverá ocorrer no primeiro semestre do ano que vem e a segunda em 2022

*Por Gabriel Vasconcelos e Alessandra Saraiva, Valor — Rio*



[https://s2.glbimg.com/KxanldOugeELbhyW\\_SF-36SRVfc=/0x0:3840x2550/984x0/smart/filters:strip\\_i cc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH\\_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal\\_photos/bs/2019/y/j/QB1c1ASoan857AipVvBg/240619tarcisiofreitas11.jpg](https://s2.glbimg.com/KxanldOugeELbhyW_SF-36SRVfc=/0x0:3840x2550/984x0/smart/filters:strip_i cc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/y/j/QB1c1ASoan857AipVvBg/240619tarcisiofreitas11.jpg)

— Foto: Leo Pinheiro/Valor

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, reiterou que 41 aeroportos sob a administração da Infraero serão concedidos à iniciativa privada. Freitas confirmou que o processo se dará em quatro rodadas, que combinarão diferentes ativos aeroportuários, sendo a primeira no primeiro semestre do ano que vem e a segunda em 2022.

A concessão de aeroportos foi o primeiro de quatro eixos de ação listados pelo ministro em seu discurso na 39ª Edição do Encontro Nacional de Comércio Exterior (Enaex), promovida pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). "A grande preocupação [do exportador] é a redução de custos e o aumento da competitividade. A infraestrutura vai ter papel fundamental nisso", disse.

Tarcísio listou uma série de rodovias que estão sendo preparadas para serem repassadas a atores privados — o segundo eixo de atuação da pasta que chefia. Ele disse que, só no Paraná, são mais de 3 mil quilômetros de estradas no programa de concessões.

"Temos uma série de equipamentos, ativos dos mais relevantes que estão sendo projetados para trazer o que tem de mais moderno em operação rodoviária, com sistemas modernos de segurança, tudo para trazer investimentos melhores. É preciso fazer com que os contratos sejam bem sucedidos", disse Freitas, sobre a preparação dos ativos para concessões.

Por fim, Tarcísio mencionou os dois últimos eixos: o programa de concessão de ferrovias, que tem como objetivo diversificar os caminhos para o produtor do centro-oeste acessar diferentes portos ao longo de toda a costa, e o programa de modernização da cabotagem, o BR do Mar, que tem como objetivo ampliar a oferta de embarcações para transporte entre portos.

Em paralelo, disse ele, o ministério também emprega esforços na análise de regulamentações para reduzir a burocracia ao transportador e exportador. "Além dos investimentos em infra, estamos focados na simplificação da burocracia. Estamos olhando onde a regulação é excessiva, para torná-la mais simples e barata. Queremos condensar uma série de documentações e estamos fazendo isso junto com o Ministério da Economia", afirmou.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data : 12/11/2020*

## **QUEREMOS COMÉRCIO COM O MUNDO TODO SEM VIÉS IDEOLÓGICO, DIZ BOLSONARO**

Presidente afirmou que seu governo está promovendo a construção de um país mais aberto, competitivo e próximo no comércio exterior

*Por Gabriel Vasconcelos e Alessandra Saraiva, Valor — Rio*

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta quinta-feira que seu governo está promovendo a construção de um país mais aberto, competitivo e próximo no comércio exterior. Em participação, nesta manhã, na 39ª Edição do Encontro Nacional de Comércio Exterior (Enaex), promovida pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), ele disse ainda que sua gestão faz uma "abertura comercial sem precedentes no Brasil". Bolsonaro disse que deseja promover o comércio com o mundo todo "sem viés ideológico".

O presidente comentou o papel importante que o comércio exterior tem em seu governo e observou que o setor está empenhado na melhoria de ambiente de negócios.

Em sua fala na abertura do evento, citou acordos comerciais do Brasil, no âmbito do Mercosul, da União Europeia e da Associação Europeia de Livre Comércio. Na Organização Mundial de Comércio (OMC), afirmou ele, o país trabalha pelo acesso ao mercado de compras governamentais

"Esse acordo permitirá que empresas brasileiras passem a concorrer em um mercado de US\$ 1,6 trilhão em compras governamentais", afirmou. O presidente disse ainda que, no que se refere a comércio exterior, o Itamaraty e o Ministério da Agricultura "falam a mesma língua e, juntos, têm alcançado resultados claros e concretos.

"Desde 2019 conseguimos acessos a 30 países diferentes", afirmou ele, acrescentando que, apesar da pandemia, o país registrou recorde em exportações, em volume e em valor

### **Bioeconomia na Amazônia**

Sem mencionar a questão do desmatamento ou das queimadas na Amazônia, Bolsonaro afirmou que o desenvolvimento sustentável da região é central para o avanço da economia brasileira. "O desenvolvimento da bioeconomia na região amazônica, cujos programas se encontram em processo de implantação, permitirá o uso sustentável dos inúmeros recursos da região", disse.

O presidente defendeu que, "por princípio ético e de sobrevivência", as 20 milhões de pessoas que vivem na Amazônia têm de ser incluídas nas cadeias produtivas e de exportação do país.

A fala está em linha com o discurso do governo federal para a Amazônia, que se apoia na atração de negócios para a região e na necessidade de fomento à construção de infraestruturas como estradas, portos e aeroportos.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data : 12/11/2020*



## **AGÊNCIA BRASIL - DF**

### **GUEDES: SE HOVER SEGUNDA ONDA, GOVERNO PAGARÁ AUXÍLIO EMERGENCIAL**

Ministro considera "baixa" possibilidade de nova onda de covid-19

*Por Kelly Oliveira – Repórter da Agência Brasil – Brasília*

O ministro da Economia, Paulo Guedes, ressaltou hoje (12) que se houver uma segunda onda de contaminações pelo novo coronavírus no Brasil, o governo voltará a conceder o auxílio emergencial aos brasileiros em situação de vulnerabilidade econômica.

“Se houver uma segunda onda, não é uma possibilidade, é uma certeza [que o governo vai pagar novamente auxílio emergencial]”, disse, no evento do Dia Nacional do Supermercado, organizado pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras). Mas ele enfatizou que considera a probabilidade de nova onda de contaminações “baixa”. De acordo com Guedes, o plano do governo é retirar o auxílio aos poucos até o final do ano. “Estamos retirando os estímulos, de R\$ 600 [valor inicial das parcelas do auxílio] baixa pra R\$ 300 [auxílio emergencial residual] e depois aterriza ali na frente numa versão Renda Brasil ou na própria Bolsa Família. Temos as duas possibilidades, é uma escolha política”, disse.

Em agosto deste ano, o presidente Jair Bolsonaro disse que a proposta de criação do programa Renda Brasil estava suspensa. O programa pretendia expandir o Bolsa Família. A proposta da equipe econômica era retirar o abono salarial para quem ganha até dois salários mínimos para financiar o novo programa.

#### **Contribuição sobre transações digitais**

Guedes voltou a defender a criação de uma contribuição sobre transações digitais, como forma de substituir a desoneração da folha de pagamentos. Segundo o ministro, o governo tem o compromisso de não aumentar a carga tributária.

“Esse compromisso de não aumentar imposto significa que vamos fazer um programa de substituição de carga tributária. Não queremos criar um imposto, queremos a desoneração da folha de pagamentos”, afirmou. Ele acrescentou que para desonerar a folha de pagamentos e estimular a criação de emprego formal no país, é preciso encontrar uma “forma de financiamento” para essa redução dos impostos sobre os salários.

Guedes disse ainda que “não haverá aumento de imposto para quem paga imposto”. “Mas quem nunca pagou, vai aumentar”, disse. De acordo com o ministro, haverá imposto sobre dividendos e se houver tributação das transações digitais, “quem não pagava vai começar a pagar”. E acrescentou que essas mudanças dependem de momento político adequado.



## **Inflação e recuperação da economia**

O ministro reforçou que a “economia brasileira está voltando com força”. Ele disse que foi considerado muito otimista quando a crise gerada pela pandemia começou. “Me surpreendeu a velocidade com que a economia está voltando, bem acima da minha visão que era considerada otimista”, disse. Segundo Guedes, os sinais da rápida recuperação da economia brasileira estão na arredação de impostos neste mês que “está extraordinária” e há dados de aumento do consumo de energia elétrica, de óleo diesel, além de as novas fiscais eletrônicas estarem “subindo em alta velocidade” e aumento do emprego.

Sobre a inflação, Guedes afirmou que muita gente fica com “raiva dos supermercados” quando vê os preços dos alimentos mais caros, mas os estabelecimentos são apenas “uma plataforma de distribuição”. “Se esse produto já chega caro porque subiu o câmbio ou a demanda foi forte e os preços subiram, temos que deixar a engrenagem do mercado funcionar”, disse.

Para o ministro, com os preços altos, o setor agrícola brasileiro vai aumentar a produção e em “dois, três, quatro meses a frente os preços começam novamente a se estabilizar”. Guedes acrescentou que o governo pode reduzir tarifas de importação quando houver “abusos” nas altas dos preços para estimular a competição e assim segurar a inflação.

*Fonte: Agência Brasil - DF*

*Data : 12/11/2020*

# **portosenavios**

## **PORTAL PORTOS E NAVIOS**

### **TARCÍSIO DESTACA IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE CONCESSÕES PARA AMPLIAR O MERCADO EXTERNO**

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 12/11/2020 - 14:03*



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/201112-tarcisio-freitas.jpg>

***"Transferência maciça de ativos para a iniciativa privada" se dará nos setores de aeroportos, portos, ferrovias e rodovias***

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, afirmou nesta quinta-feira (12), durante o seu pronunciamento no 39º Enaex, que o programa de concessões brasileiro, que classificou como o maior do mundo, trará mais infraestrutura, menos custos e mais mercados externos para o Brasil. Segundo Freitas, a meta é de "transferência maciça de ativos para a iniciativa privada", tanto nos setores aeroportuário e ferroviário quanto nos de portos e rodovias.

Entre esses projetos, confirmou a licitação dos 41 aeroportos ainda sob controle da Infraero em quatro rodadas de licitações, sendo a primeira já no primeiro semestre de 2021 e a segunda em 2022. No setor rodoviário, serão mais de 15 mil quilômetros de concessões, com projetos de grande escopo como a BR 153, os anéis de integração do Paraná e a BR 232, em Pernambuco.

Tarcísio de Freitas mencionou ainda como destaques do programa de concessões à iniciativa privada o leilão da Ferrovia Norte Sul, com investimentos de R\$ 2,8 bilhões nos próximos dois anos e que estará operacional em 2021; a renovação da malha paulista, com R\$ 6,5 bilhões em cinco anos; e a prorrogação das duas ferrovias da Vale, com investimentos de R\$ 17 bilhões, além do leilão portuário no Espírito Santo, em 2021, e, a seguir, do Porto de Santos.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 12/11/2020*

## A ODFJELL TANKER COMPANY, DA NORUEGA, SE COMPROMETE COM NAVIOS DE EMISSÃO ZERO ATÉ 2030

Da Redação NAVEGAÇÃO 12/11/2020 - 10:04



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/201112-odfjell-navio-bow-cardinal.jpg>

A Odfjell, empresa de gerenciamento de navios, está definindo metas ambiciosas para reduzir sua pegada ambiental. A empresa anunciou que empreenderá um esforço destinado a reduzir sua intensidade de carbono em 50% até 2030 em relação aos níveis de 2008 e terá uma frota neutra para o clima a partir de 2050.

Ambas as metas, segundo a empresa, vão além das metas estabelecidas pela IMO e contribuem para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

A empresa anunciou iniciativas específicas para seu programa de redução de emissões. Além das metas de redução das emissões de gases de efeito estufa, a companhia só fará pedidos de navios com tecnologia de emissão zero a partir de 2030.

Entre as iniciativas que a Odfjell já empreendeu está a reforma de seus navios existentes para melhorar suas operações e eficiência de combustível. Há um mês, a Odfjell em parceria com a Prototech, Wärtsilä e a Lundin Energy Norway, tornou público um novo projeto para construir um sistema piloto que pode usar diferentes tipos de combustível, incluindo amônia e GNL.

A Odfjell opera atualmente uma frota de mais de 80 navios com capacidade de carga variando de 4.000 a 75.000 dwt.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/11/2020

## IMO IRÁ LISTAR PORTOS ONDE A MUDANÇA DE TRIPULAÇÃO É POSSÍVEL

Da Redação NAVEGAÇÃO 12/11/2020 - 09:50



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/221112-maritimo-tripulante-trabalho-1.jpg>

Entre os resultados da reunião virtual desta semana do Comitê de Segurança Marítima (MSC) da Organização Marítima Internacional (IMO), os delegados aprovaram planos para que a agência da ONU incluísse uma lista pública de todos os portos onde a troca de tripulação é possível.

Após a reunião do MSC desta semana, a IMO informa que agora divulgará informações sobre os portos para permitir que as companhias de navegação planejem e organizem facilmente as mudanças de tripulação durante a pandemia da Covid-19.

Os delegados presentes na reunião virtual endossaram os protocolos de mudança de tripulação da IMO, que foi publicado pela primeira vez em maio. As recomendações da IMO trazem conselhos de melhores práticas sobre como conduzir trocas de tripulação com segurança durante a pandemia.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/11/2020